

**0701. Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transportes**

17.511.0008.1.016 - Ampliação do Sistema de Adastecimento d'água;

Elemento de despesas: 4.4.90.51.00-Obras e Instalações;

Fonte de Recursos: 001 Recursos ordinários

022- Transferencia de convênios Estados/outros

**12 - DOS RECURSOS**

**12.1 -** Das decisões proferidas pela CPL caberão recursos nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

**12.2 -** Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, e serão interpostos mediante petição digitada, devidamente arazoada subscrita pelo representante legal da recorrente (que comprovará sua condição como tal), no devido prazo legal, não sendo conhecidos os que forem interpostos fora deste.

**12.3 -** Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de **05 (cinco) dias úteis**.

**12.4 -** A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, fazer o recurso subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**12.5 -** Nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

**12.6 -** Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**13 - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES**

**13.1 -** A licitante que, convocada pela Prefeitura Municipal de Deputado Irapuan Pinheiro para assinar o instrumento de contrato, se recusar a fazê-lo dentro do prazo previsto nesta **TOMADA DE PREÇOS**, sem motivo justificado aceito pela Contratante, estará sujeita à suspensão temporária de participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de Deputado Irapuan Pinheiro, pelo prazo de 12 (doze) meses.

**13.2 -** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará A Contratada à multa de mora prevista no presente Edital, podendo a Contratante rescindir unilateralmente o contrato. À(s) Contratada será aplicada, ainda, a pena de **SUSPENSÃO** de participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de Deputado Irapuan Pinheiro, pelo prazo de 01 (um) ano, período durante o qual estará impedida de contratar com o Município de Deputado Irapuan Pinheiro, Ceará.

**13.3 -** Em caso de o Licitante ou Contratado ser reincidente, será declarado como inidôneo para licitar e contratar com o Município de Deputado Irapuan Pinheiro, Ceará.

**13.4 -** As sanções previstas neste Edital serão aplicadas pela Administração Municipal, à(s) licitante(s) vencedora(s) desta licitação ou à(s) Contratada, facultada a defesa prévia da(s) interessada(s) nos seguintes casos:

**13.4.1 -** de 05 (cinco) dias úteis, nos casos de advertência e de suspensão;

**13.4.2 -** de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Deputado Irapuan Pinheiro, Ceará.

**13.5 -** As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o município de Deputado Irapuan Pinheiro poderão ser aplicadas juntamente com as de multa prevista neste Edital;

**13.6** - As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o município de Deputado Irapuan Pinheiro poderão também ser aplicadas às licitantes ou aos profissionais que, em razão dos contratos firmados com qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal:

- a)** - tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b)** - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c)** - demonstrem possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.7** - Somente após A Contratada ressarcir(em) o Município de Deputado Irapuan Pinheiro pelos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo de suspensão aplicada é que poderá ser promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção.

**13.8** - A declaração de inidoneidade é da competência exclusiva do Prefeito Municipal de Deputado Irapuan Pinheiro, Ceará.

#### **14 - DOS ENCARGOS DIVERSOS**

**14.1** - A Contratada se obriga(m) a efetuar(em), caso solicitado pela Contratante, testes previstos nas normas da ABNT, para definir as características técnicas de qualquer equipamento, material ou serviço a ser executado.

**14.2** - As ligações provisórias que se fizerem necessárias para a execução dos serviços, bem como a obtenção de licenças e alvarás, correrão por conta exclusiva da Contratada..

#### **15 - DO RECEBIMENTO DA OBRA**

**15.1** - A fiscalização da obra será procedida por técnico vinculado à Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transportes, o qual terá total liberdade para rejeitar qualquer material considerado de qualidade não condizente com as especificações dos serviços.

**15.2** - Quando da última medição será lavrado um Termo de Recebimento Provisório da obra o qual será assinado pelo fiscal responsável e pelo representante legal da CONTRATADA.

**15.3** - O recebimento definitivo da obra se dará depois de decorrido 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório, quando será lavrado um novo Termo no qual a fiscalização certificará a não existência de qualquer fato que possa impedir seu recebimento definitivo.

#### **16 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1** - Aditivo ao Contrato envolvendo aumento real de preço, será admitido somente em caso de alteração do projeto pela Administração.

**16.2** - A apresentação da Proposta configura que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e demais condições e locais para o cumprimento da obrigação objeto da Presente Licitação.

**16.3** - A Comissão Permanente de Licitação atenderá aos interessados, no horário de atendimento de 08h00min as 12h00min, no endereço à Avenida dos Três Poderes, nº 75 - Centro, Deputado Irapuan Pinheiro/CE, para melhores esclarecimentos.

**16.4** - É facultada à C.P.L. em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo. A Comissão de Licitação, também poderá suspender a sessão, se entender necessário, para maior exame dos documentos apresentados. Neste caso deverá fixar o dia, hora e local, para comunicar o resultado da fase de habilitação das empresas. Ocorrendo esta hipótese, a Comissão lacrará em envelope único todos os envelopes contendo as propostas e este será rubricado por todos os presentes na reunião e o mesmo será guardado no cofre da Prefeitura.

- 16.5 - Todas as declarações deveram vir com identificação da Tomada de Preços e empresa reconhecida do assinante.
- 16.6 – A Tomada de Preços poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada irregularidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada por conveniência da Administração, por decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse da Administração Municipal, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização.
- 16.7 – A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos da Licitação e não será devolvida ao proponente.
- 16.8 – A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato, na forma da Lei.
- 16.9 – As dúvidas e divergências que, eventualmente possam surgir em decorrência do Contrato, e que não possam ser dirimidas diretamente entre as partes contratantes, ficarão sujeitas ao foro de Deputado Irapuan Pinheiro, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 16.10 – A homologação da presente licitação é de competência da titular da Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transportes, conforme o caso, conforme dispõe o art. 43 inciso VI da Lei nº 8.666/93.
- 16.11 – Não serão considerados os envelopes de Habilitação e de Proposta de Preços, apresentados após o prazo (dia **23 de junho de 2016, às 08h30min**), bem como aqueles entregues no prazo, mas em local diferente do determinado neste Edital.
- 16.12 – A entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta implicará na total sujeição aos termos deste Edital e seus anexos.
- 16.13 – A Comissão Permanente de Licitação, se considerar necessário, poderá solicitar dos licitantes em todas as fases da licitação, quaisquer esclarecimentos, informações ou dados adicionais, sendo que tais esclarecimentos não poderão implicar em modificação da Proposta.
- 16.14 – Os licitantes interessados poderão colher maiores informações sobre o presente Edital, junto a Comissão Permanente de Licitação, no endereço inicialmente citado e pelo telefone (88) 3569.1218, no horário de expediente, de 08h00min as 12h00min.
- 16.15 - Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.

Deputado Irapuan Pinheiro – Ceará, em 03 de Junho de 2016.

Maria Joelma Moreira  
Presidente

**ANEXO I  
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES**, e do outro lado a \_\_\_\_\_, nas condições a seguir pactuadas:

**CONTRATANTE:**

O **MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.733.256/0001-57, sediada à Avenida dos Três Poderes, nº 75 – Centro, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES**, neste ato representado pelo Secretário Municipal, Sr. \_\_\_\_\_, brasileira, inscrita no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na Rua \_\_\_\_\_ no município de Deputado Irapuan Pinheiro - CE, doravante denominada **CONTRATANTE**;

**CONTRATADA:**

\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão emissor \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1 Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela **CONTRATADA** e no resultado da Licitação sob a modalidade Tomada de Preços nº **2016.06.02.01**, devidamente homologado pelo Secretário Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transportes, corroborado com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1 Constitui objeto deste contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA, NAS LOCALIDADES DE BOM PRINCÍPIO E DISTRITO DE BAXIO, NO MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, CONFORME PROJETO BÁSICO EM ANEXO.**

2.2 Os Serviços serão executados conforme Projeto Básico, respectivo Caderno de Encargos Gerais, Especificações e demais condições estabelecidas no EDITAL (Tomada de Preços nº **2016.06.02.01**), pela Lei nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98, e Ordem de Serviços, que fará parte deste instrumento como se nele estivesse transcrito, valendo expressamente, no que não estiverem em contradição com os termos do mesmo instrumento.

2.3 Quaisquer omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas pela **CONTRATADA** no decorrer da execução dos serviços, deverão ser comunicadas, por escrito, ao **CONTRATANTE**.

2.4 Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos projetos, encargos gerais e especificações técnicas fornecidas, sem o consentimento prévio, por escrito do **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES**

São compromissos das partes:

**3.1. Da Contratante:**

3.1.1 Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições, necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da Tomada de Preços nº **2016.06.02.01**, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;

3.1.2 Solicitar, sempre que necessárias informações referentes aos serviços, ora objeto do presente instrumento, perante a **CONTRATADA**;

3.1.3 Designar um técnico para verificar a fiel execução do Contrato e atestar a execução dos serviços conforme as diretrizes do Projeto Básico;

3.1.4 Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, conforme dispõe este instrumento, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas;

3.1.5 Providenciar os pagamentos à **CONTRATADA**, à vista das notas fiscais e recibo devidamente atestados pelo setor competente, e conforme as diretrizes estabelecidas na cláusula quarta do presente instrumento;

3.1.6 Recusar os serviços que não atendam às especificações previstas no edital e na proposta vencedora do certame.

### 3.2. Da Contratada:

3.2.1 Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas, sendo-lhes vedado introduzir modificações nas especificações técnicas e encargos gerais, sem o consentimento prévio, por escrito, do **CONTRATANTE**;

3.2.1 Assumir a responsabilidade técnica pela execução dos serviços;

3.2.3 Observar os requisitos mínimos de qualidade, utilidade, segurança, resistência recomendados pela ABNT;

3.2.4 Acompanhar o cronograma físico do serviço de modo a não provocar atrasos;

3.2.5 Atualizar o cronograma físico-financeiro, conforme o desenvolvimento dos serviços, obedecendo às determinações da fiscalização.

3.2.6 Não sub-empregar serviços definidos, no todo ou em parte.

3.2.7 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

3.2.8 Submeter-se à fiscalização do **CONTRATANTE**;

3.2.9 Manter Responsável Técnico devidamente credenciado, através de ART e preposto aceito pelo **CONTRATANTE**, para representá-lo na execução do Contrato;

3.2.10 Manter, em locais determinados pelo **CONTRATANTE**, placas de identificação dos serviços e da empresa executante e o pessoal em serviço devidamente identificados;

3.2.11 Corrigir, separar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados apontados pelo **CONTRATANTE**;

3.2.12 Submeter-se às disposições legais em vigor;

3.2.13 A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á, para com o **CONTRATANTE** e para com terceiros pelo estrago, com prejuízo ou danos causados ao **CONTRATANTE** ou aos serviços, em consequência de imperícia, imprudência ou negligência, próprias ou de seus prepostos, auxiliares ou operários;

3.2.14 A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á por todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, inclusive os de natureza fiscal, em especial ISS no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor da mão-de-obra, social, civil e obrigacional e, quando houver subordinação e vínculo empregatício, os de natureza trabalhista e previdenciária, não gerando para o **CONTRATANTE** qualquer vínculo empregatício, bem como quaisquer outras obrigações ou encargos não previstos neste contrato;

3.2.15 Todos e quaisquer riscos de acidente de trabalho serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;

3.2.16 Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes da execução dos serviços contratados ao **CONTRATANTE** e, ou a terceiros, independentemente de dolo ou culpa;

3.2.17 O Recebimento Definitivo dos serviços não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades legalmente imputáveis por erro ou vício de execução pelo período de 5 (cinco) anos, durante os quais ficará obrigada a saná-lo sem ônus para o **CONTRATANTE**;

### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O valor do Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), pago conforme a emissão de Nota Fiscal e recibo devidamente atestados pela Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transportes, adicionada à apresentação da documentação abaixo especificada:

- CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS), ou equivalente, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da empresa, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

- b) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS, ou equivalente, expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, da sede ou filial da empresa, devendo a mesma ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.
- c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, expedida pela Justiça do Trabalho.
- d) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de Fiscalização;
- e) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do Projeto;
- f) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução, obrigatório no primeiro pagamento, conforme Ordem de Serviço;

4.2 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

4.3 Somente serão pagos os valores correspondentes às partes dos serviços efetivamente realizados e atestados pelo fiscal.

4.4 A **CONTRATADA** deverá emitir as faturas de acordo com as quantidades expressas nos laudos de medição.

4.5 No ato de pagamento será procedida à retenção do ISS na fonte, nos termos da Lei Municipal, devendo, para tanto, a **CONTRATADA** discriminar, em cada fatura, o valor dos serviços.

4.6 As faturas que não estiverem corretamente formuladas deverão ser devolvidas dentro do prazo de sua conferência ao **CONTRATADO**, e o seu tempo de tramitação desconsiderado.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

5.1 O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da lei 8.666/93 e alterações posteriores, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

#### CLÁUSULA SEXTA - CRÉDITO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta dos seguintes créditos orçamentários: Dotação Orçamentária:

**0701. Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transportes**

17.511.0008.1.016 - Ampliação do Sistema de Adastecimento d'água;

Elemento de despesas: 4.4.90.51.00-Obras e Instalações;

Fonte de Recursos: 001 Recursos ordinários

022- Transferencia de convênios Estados/outros

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS

7.1 A **CONTRATADA** garante, por um ano, a solidez e segurança do trabalho, compreendido, também, o material empregado.

#### CLÁUSULA OITAVA – PRAZO

8.1 A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado com fulcro no art. 57, da Lei de Licitações. (Lei Federal 8.666/93).

8.2 O prazo para execução dos serviços será de conformidade com os **cronogramas físico financeiro**, podendo ser prorrogado com fulcro no art. 57, da Lei de Licitações. (Lei Federal 8.666/93).

§ ÚNICO - Os serviços serão iniciados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato e expedição da respectiva Ordem de Serviços.

8.2.1 Os serviços objeto do presente contrato acontecerão de acordo com as disponibilidades de horários e dias pré-estabelecidos por cada unidade escolar, podendo inclusive ser executados aos finais de semana, para que não aconteçam prejuízos na carga horária escolar.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O atraso injustificado, o descumprimento, parcial ou total, do objeto deste Contrato, bem como de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, acarretará, após regular processo administrativo, com direito à ampla defesa e ao contraditório, a incidência das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor do Contrato, por cada dia de atraso na execução das obras, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais estabelecidas;
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do licitante em assinar o Contrato de do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação feita pela Contratante;
- d) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, pelo não cumprimento de cláusula ou condição prevista no Contrato;
- e) Os valores das multas referidas nesta cláusula serão descontados de ofício pela contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Prefeitura Municipal de Deputado Irapuan Pinheiro, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. A multa a que alude esta cláusula, não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Contrato e na Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DISSOLUÇÃO

10.1 O contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, sem interrupção do curso normal da execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, ficando no ato da assinatura deste contrato reconhecido pelas partes os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 e seguinte da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

##### **11.2 Constituem motivos para a rescisão contratual:**

- 11.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 11.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 11.2.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- 11.2.4. O atraso injustificado no início dos serviços;
- 11.2.5. A paralisação da obra sem justa causa e prévia comunicação à administração;
- 11.2.6. A sub-contratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão, ou incorporação não admitida no edital e neste contrato;
- 11.2.7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada, designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 11.2.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 11.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 11.2.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 11.2.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- 11.2.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 11.2.13. A supressão, por parte da administração de obras acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

- 11.2.14 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 11.2.15 O atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 11.2.16 A não liberação, por parte da Administração, de área, local, ou objeto para execução de serviço ou fornecimento nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 11.2.17 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditivo da execução do contrato;
- 11.2.18 Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 11.3 O Contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e das demais sanções aplicáveis, segundo as quais não assistirá à CONTRATADA nenhum direito a indenização, quando o motivo da rescisão se enquadrar no item "1" a "12" e "17" acima relacionados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

12.1 - Da vinculação ao edital de licitação o Contratante e o Contratado vincula-se plenamente ao presente Contrato, ao instrumento convocatório da Tomada de Preços Nº 2016.06.02.01, bem como a proposta formulada, no que esta não contrariar aquele.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da Lei 8.666/93, altera da pela Lei 8.883/94, e demais Legislações em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

14.1 A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Deputado Irapuan Pinheiro/ CE, com exclusão de quaisquer outros, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento.

15.2 E por estarem, assim, justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Deputado Irapuan Pinheiro – Ceará em, \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
FRANCISCO VAGNER PINHEIRO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:



ANEXO II  
PROJETO BÁSICO

*(Handwritten mark)*

<b>Obra:</b>	Serviço de Abastecimento de Água das Localidades de Bom Princípio e Distrito de Baixo
<b>Local:</b>	Zona Rural e Distrito de Baixo - Município de Deputado Irapuan Piheiro/CE

1. MEMORIAL DESCRITIVO - ESPECIFICAÇÕES
2. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA GERAL
3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO RESERVATÓRIO
4. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
5. COMPOSIÇÃO DO BDI
6. DESENHOS
7. ART

Prazo:

**120 Dias**

Valor Global com BDI:

**R\$ 429.881,79**

Eng° Responsável: JOSAFÁ ALVES BESERRA  
CREA N.º 2009623266 RNP

*Josafá Alves Beserra*  
Engenheiro Civil  
CREA N.º 200962326 - 6 RNP

## MEMORIAL DESCRITIVO – ESPECIFICAÇÕES

### 1.0 APRESENTAÇÃO

### 2.0 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

- 2.1 Localização
- 2.2 Características Climáticas
- 2.3 Unidades Geomorfológicas
- 2.4 Classificação dos Solos
- 2.5 Mapa de localização do Município e Comunidade Beneficiada

### 3.0 SISTEMA EXISTENTE

- 3.1 Captação
- 3.2 Sistema de Tratamento
- 3.3 Reservatório
- 3.4 Rede de Distribuição/Ligações Domiciliares

### 4.0 MEMORIAL DESCRITIVO

- 4.1 Concepção do Projeto
- 4.2 Captação/Adução
- 4.3 Estação de Tratamento D'água
- 4.4 Reservatório
- 4.5 Rede de Distribuição/Ligações Domiciliares
- 4.6 Croqui do Sistema Proposto

### 5.0 MEMORIAL DE CÁLCULO

- 5.1 População de Projeto
- 5.1.1 Taxa Geométrica de Crescimento Anual
- 5.2 Demanda Hídrica do Projeto
- 5.2.1 Vazão de Projeto
- 5.3 Adução
- 5.3.1 Cálculo da Velocidade (V)
- 5.3.2 Cálculo das Perdas de Cargas (H)
- 5.4 Dimensionamento da Bomba
- 5.4.1 Altura Manométrica Total
- 5.4.2 Potência da Bomba
- 5.5 Dimensionamento da Tubulação da Adutora
- 5.5.1 Cálculo da Celeridade – Fórmula de Allieve
- 5.5.2 Cálculo da Sobrepressão
- 5.6 Tratamento de Água Bruta
- 5.6.1 Sistema de dosagem
- 5.6.1.1 Vazão de dosagem – q (l/h)
- 5.6.1.2 Volume de solução – Vsol (litros)

## MEMORIAL DESCRITIVO – ESPECIFICAÇÕES

- 5.6.2 Dimensionamento do filtro
- 5.6.2.1 Capacidade de filtração
- 5.6.3 Água de lavagem
- 5.6.4 Cálculo do conjunto motor-bomba para lavagem do filtro
- 5.7 Rede de Distribuição
- 5.8 Dimensionamento do Reservatório
  
- 6.0 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**
- 6.1 Características Gerais da Obra
- 6.2 Generalidades
- 6.3 Descrição dos Trabalhos e Responsabilidades
  - 6.3.1 Generalidades
    - 6.3.1.1 Termos e Definições
    - 6.3.2 Encargos e Responsabilidades do Construtor
      - 6.3.2.1 Conhecimento das Obras
      - 6.3.2.2 Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras, Acampamentos e Estradas de Serviço e Operação
      - 6.3.2.3 Locação das Obras
      - 6.3.2.4 Execução das Obras
      - 6.3.2.5 Administração das Obras
      - 6.3.2.6 Proteção das Obras (Equipamentos e Materiais)
      - 6.3.2.7 Remoção de Trabalhos Defeituosos ou em Desacordo com o Projeto e/ou Especificações
  - 6.4 Critérios de Medição
    - 6.4.1 Materiais
    - 6.4.2 Mão-de-Obra
    - 6.4.3 Veículos e Equipamentos
    - 6.4.4 Ferramentas, Aparelhos e Instrumentos
    - 6.4.5 Materiais de Consumo para Operação e Manutenção
    - 6.4.6 Água, Esgoto e Energia Elétrica
    - 6.4.7 Segurança e Vigilância
    - 6.4.8 Ônus Diretos e Indiretos
  - 6.5 Serviços Preliminares
    - 6.5.1 Desmatamento, Destocamento e Limpeza do Terreno
  - 6.6 Obra Civil
    - 6.6.1 Assentamento de Tubos e Peças
      - 6.6.1.1 Locação e Abertura de Valas
      - 6.6.1.2 Movimento de Terra
      - 6.6.1.3 Assentamento de Tubos e Peças
      - 6.6.1.4 Cadastro
      - 6.6.1.5 Caixas de Registros e Ventosas

## MEMORIAL DESCRITIVO – ESPECIFICAÇÕES

- 6.6.1.6 Armazenamento de Materiais
- 6.6.1.7 Transporte de Carga e Descarga de Materiais
- 6.6.2 Serviços em Concreto
  - 6.6.2.1 Materiais
    - 6.6.2.2 Concreto Simples
    - 6.6.2.3 Concreto Estrutural
    - 6.6.2.4 Reposição do Concreto Falho
  - 6.7 Tubos Conexões e Acessórios
    - 6.7.1 Ferro Fundido
    - 6.7.2 PVC Rígido
    - 6.7.3 Válvulas e Aparelhos
      - 6.7.3.1 Registros de Gaveta Chato c/ Flange e Volante
      - 6.7.3.2 Ventosas Simples c/ Flange
    - 6.7.4 Ensaios de Linha
      - 6.7.4.1 Ensaios de Pressão Hidrostática
      - 6.7.4.2 Ensaios de Estanqueidade
    - 6.7.5 Limpeza e Desinfecção

## MEMORIAL DESCRITIVO – ESPECIFICAÇÕES

### 1.0 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, trata dos serviços de Reforço e Melhoramento do Sistema de Abastecimento D'Água da comunidade de Bom Princípio e do Distrito de Baixio, município de Deputado Irapuan Pinheiro/CE.

Compõem o projeto as seguintes obras: captação em barragem, adutora com 187,63 m de tubo PVC PBA CL 12 DN 100mm, construção de Estação de tratamento de água contendo filtro de fluxo ascendente construído em fibra com Dn 2,50m, Câmara de carga, kit para dosagem de produtos químicos, rede de distribuição para alimentação dos sistemas existentes com 4.220,00 m de tubo PVC PBA CL 12 DN 100 mm, clorador de pastilha montado na entrada dos reservatórios apoiados, casa de bomba/comando elétrico e dois reservatórios apoiados com volume de 31,50m<sup>3</sup> cada para garantia da distribuição permanente.

Os sistemas existentes nas comunidades acima citada encontram-se sobrecarregados devido ao forte avanço regional que todo o município vivencia, atualmente o distrito de Baixio conta com 300 ligações domiciliares hidrometradas e a localidade de Bom Princípio com 48 unidades consumidoras, em horários de "pique" os reservatórios não conseguem acumular água necessária para o atendimento que conseqüentemente diminui a pressão dinâmica, chegando muitas vezes a faltar água. Outro fator importante é que sistemas são alimentados por manancial proveniente de águas subterrânea com um alto índice de sal, sendo impróprio para o consumo humano.

A solução apresentada é a construção de uma adutora saindo de uma barragem, próximo a esta, existe um ponto de topografia favorável para atendimento por gravidade onde esta serão construído dois reservatórios apoiados, que garantirão o abastecimento de forma regular. Partindo deste ponto, será executada uma rede de distribuição que alimentará os reservatórios existentes.